



OS INTELECTUAIS, A ESCOLA UNITÁRIA E O PRINCÍPIO EDUCATIVO EM GRAMSCI: RETOMANDO O CADERNO ESPECIAL 12 (1932)

ANDRÉ LUCIANO DA SILVA

EIXO: 3. EDUCAÇÃO NO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS

Resumo:

O presente artigo tem por intuito apresentar as categorias: intelectuais, escola unitária e princípio educativo no texto carcerário de Antônio Gramsci, mas especificamente em seu *caderno especial* 12 (1932). Este retorno aos cadernos do comunista sardo se justifica pelas várias interpretações e conseqüentes deturpações do pensamento dialético materialista do autor, as quais prosseguem numa tentativa de promover um distanciamento de Gramsci das bases do materialismo histórico dialético, e assim criar uma “cisão”, e até uma “superação” deste autor em relação ao pensamento de Marx. Partindo do esforço em justificar a sólida base teórica de Gramsci no solo do método marxiano este artigo pretende apresentar como as categorias acima referenciadas estão organizadas no texto gramsciano. Para isso, realizaremos uma leitura imanente do texto supracitado.

Palavras-chave: Intelectuais – Escola unitária – Gramsci.

Resumen:

Este artículo tiene la intención de presentar las categorías: intelectuales, escuela unitaria y principio educativo en el texto de la cárcel Antonio Gramsci, sino específicamente en su sección especial de 12 (1932). Este retorno a los cuadernos de Cerdeña comunistas se justifica por diversas interpretaciones y las consiguientes distorsiones del pensamiento dialéctico materialista de la autora, que se continúa con la intención de promover el distanciamiento de Gramsci de las bases del materialismo histórico dialéctico, y así crear un "spin-off", e incluso una "superación" de este autor en relación con el pensamiento de Marx. A partir de los esfuerzos para justificar la base teórica sólida de Gramsci en el suelo del método marxiano este artículo tiene como objetivo presentar cómo se organizan las clases anteriormente referenciados en el texto de Gramsci. Para ello, vamos a celebrar una immanente leer el texto anterior.

Palabras clave: Intelectuales - escuela Unidad - Gramsci.

Introdução

Estado “integral”, sociedade civil, bom senso, senso comum, hegemonia, bloco histórico, revolução passiva, democracia cosmopolita, guerra de posição, guerra de movimento, filosofia da práxis, entre outras expressões são pertinentes ao vocábulo de Antônio Gramsci em seus textos, e ao mesmo tempo outras lhe são atribuídas, a ideia de “Estado ampliado”, por exemplo. Além disso, filosofia, pedagogia, política, sociologia, antropologia, crítica literária e outras áreas das “ciências particulares” não escaparam as suas análises críticas.

O mais interessante é que este “turbilhão” de ideias, pensamentos e críticas são desenvolvidos no cárcere.

Gramsci, deputado italiano, comunista, pensador marxista, revolucionário é preso no regime fascista, suas ideias contrárias ao regime de Mussolini (antigo companheiro de luta e de partido) rendeu-lhe 20 anos de prisão. Esta objetivava fazer com “que seu cérebro parasse de funcionar”. Porém, ocorreu o contrário, Gramsci no início de 1929 começa a estudar e a escrever sobre diversos temas dentro do cárcere.

Diferentemente dos seus textos anteriores, “escritos para o dia-a-dia, destinados a morrer “tão logo se encerrasse o

dia”, Gramsci estava empenhado em escrever algo que pudesse ficar “para sempre”- *für ewig*.

Surge dessas condições os 33 cadernos (escolares de capa dura), onde 4 foram utilizados para os seus exercícios de tradução, e os 29 restantes abordaram diversos temas. No entanto, e isso é imprescindível assinalar, “Gramsci não escreveu ‘livros’ sistematizados, tratando de temas próprios das várias áreas das ciências sociais particulares” (COUTINHO, 2010, p.32). Aliás, os cadernos foram “notas escritas ao correr da pena, como rápidos apontamentos para ajudar a memória” (COUTINHO, 2010, p.42). O que temos hoje como “organização das notas carcerárias gramscianas” é resultado de um processo histórico repleto de problemas que não cabe aqui expor, mas que felizmente trouxeram para nós as contribuições deste comunista.

Além disso, a redação dessas notas não segue uma sequência de começo- meio- fim direta, sem interrupções, pois o autor escreveu em diferentes cadernos ao mesmo tempo; interrompia algumas de suas redações e se dirigia a outras. Outro ponto era que o comunista sardo tinha que trocar literalmente algumas expressões de essência revolucionária, ou qualquer termo desse caráter e substituir por outros nos seus escritos, pois as correspondências de Gramsci eram lidas pelos representantes do regime fascista antes de serem encaminhadas. Por exemplo, quando se referia ao marxismo escrevia a expressão filosofia da práxis.

Todos esses empecilhos, junto ao agravamento da condição de saúde de Gramsci, o que certamente influenciou na redação dos cadernos, sobretudo na dos últimos, como bem observou Coutinho (2010), possibilitaram, a partir das diversas traduções e interpretações dos textos, fazer de Gramsci desde um estruturalista a um revolucionário marxista.

Um exemplo dessas interpretações errôneas é a leitura mecânica de Norberto Bobbio dos *Cadernos* de Gramsci que aponta haver uma dicotomia entre sociedade civil e o Estado, e a possível “autonomia” de Gramsci sobre a tradição marxiana. Ademais, os vários “usos de Gramsci” por diversos interpretes de seus cadernos (liberais, comunistas, socialistas e até por um segmento da Igreja Católica Protestante – Teologia da Libertação) deram bases **também** às orientações das lutas atuais dos movimentos sociais; tornando-as restritas e sem horizontes revolucionários como lecionaram Marx e Engels.

A luta por “dentro do Estado”, pela ocupação de posições, já denunciadas por Marx e Lênin como infrutíferas - no sentido em que essa orientação acredita humanizar o capital tentando corrigi-lo através do Estado - são oriundas também das interpretações errôneas dos textos carcerários. Busca-se modificar o Estado burguês – o que só pode ocorrer na aparência e não em sua essência - em vez de destruí-lo e construir a ditadura, **transitória**, do proletariado. E os movimentos que defendem a educação escolar não estão isentos dessa prática.

Os discursos centralizadores da escola enquanto o instrumento messiânico de mudança da realidade social, e a exaltação da democracia burguesa **também** foram influenciados pelas interpretações mecânicas dos cadernos e contribuíram para a precarização da luta revolucionária dos proletariados.

Neste contexto, intelectuais orgânicos, tradicionais, escola única, princípio educativo, Estado “integral”, sociedade civil são reinterpretados ao bel-prazer das necessidades de quem os interpreta. Parece existir um Gramsci para cada um de seus interpretadores!

No entanto, Gramsci se encontra em solo marxista, pois sua concepção de bloco histórico, que compreende estrutura (economia) e superestrutura (Estado “integral” = sociedade política + sociedade civil - locais de consenso, como a escola) enquanto um conjunto complexo e contraditório dispõe que **a superestrutura é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção**. Neste ponto, não se mudou uma vírgula na tese marxiana de determinação do econômico.

Além disso, todo esse bloco conjuntural é atravessado pelas lutas de classes, num processo histórico e dialético intermediado pelo trabalho (a troca orgânica entre homem e natureza). Ademais, os cadernos refletem o combate ativo do comunista italiano ao reducionismo econômico, ao determinismo histórico, ao cientificismo e ao positivismo. Em suma, como bem expressa Ligouri (2007), *aquele italiano pesquisou mais o nível da superestrutura, mas o fez a partir das lições de Marx*.

Posto tudo isso, resgatar o que Gramsci realmente escreveu sobre suas categorias exige o retorno a seus textos, ou seja, **é necessário não falar pelo autor, mas o deixar falar**. Em outros termos, e para o objetivo deste artigo, é necessária uma leitura imanente do caderno especial 12. Esta será a metodologia do artigo em seu corpo de desenvolvimento, já nas considerações teceremos alguns parágrafos sobre as categorias gramscianas apresentadas.

Os intelectuais no caderno especial 12

O comunista sardo começa se indagando sobre a origem dos intelectuais e de como estes se coadunam aos interesses de uma classe social específica. Explica ainda que os intelectuais não são um grupo autônomo e independente, mas sim, originários de um processo histórico e complexo.

Para Gramsci, todos os homens são intelectuais, visto que “em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora” (GRAMSCI, 2010, p.18). No entanto, adverte que nem todos os intelectuais têm na sociedade função de intelectual, quer dizer, uma função diretiva e organizativa do real. Ora! O ato de um indivíduo fritar dois ovos não o qualifica como um cozinheiro. Doutra lado, um proletário não é caracterizado especificamente pelo seu trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho existir em dadas condições e relações sociais.

Os intelectuais, no sentido de função diretiva e organizativa do real, são, para o autor (2010, p.18-19), “categorias especializadas [formadas historicamente] para o exercício da função intelectual” as quais estão conectadas a grupos sociais, os mais importantes.

Partindo dessa máxima e analisando a história objetiva Gramsci expõe que há duas formas mais importantes desses intelectuais, os orgânicos e os tradicionais.

Em relação aos primeiros, o italiano denota que todo grupo social, nascido do mundo da produção econômica e que neste desempenha uma função essencial cria para si uma ou mais camadas de intelectuais, as quais caminham na direção de dá àquele grupo homogeneidade econômica, política e social. Ou seja, com o intuito de criar as condições favoráveis à expansão e a reprodução do ideário de um grupo social específico, esses intelectuais organizam a sociedade em proveito do ideário desse grupo social.

Em outras palavras, o que Gramsci expõe é que as duas principais classes sociais no regime capitalista, a burguesia e o proletariado, criam seus próprios intelectuais para que estes construam as condições favoráveis à ampliação teórico-práticas destes grupos. Nestes preceitos, pode-se compreender que os intelectuais orgânicos **agem na sociedade em prol de um grupo social**.

Já, os segundos são categorias intelectuais que preexistiram historicamente à sociedade capitalista, e que se colocavam como independentes e autônomos ao grupo dominante.

Os intelectuais tradicionais, por exemplo, os eclesiásticos no regime feudal, que possuíam o monopólio da superestrutura (a moral, a instrução, a assistência, a justiça, etc.) se colocavam como independentes ao grupo social dominante. Todavia, segundo Gramsci (2010, p.16-17), esta era “a categoria intelectual organicamente ligada à aristocracia fundiária, com a qual dividia o exercício da propriedade feudal da terra e o uso dos privilégios estatais ligados à propriedade”.

O mesmo se dava, no decorrer do Absolutismo, com os administradores, os cientistas, os teóricos, e os filósofos não eclesiásticos; que “em ‘espírito de grupo’ [...] se põem a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante” (GRAMSCI, 2010, p.17).

Gramsci explica ainda que todo o grupo social dominante que se preze busca conquistar ideologicamente e assimilar as categorias dos intelectuais tradicionais, e isso ocorre mais rápido na medida em que este grupo dominante cria seus intelectuais orgânicos.

Na sociedade capitalista, com a ampliação e o desenvolvimento do aparato escolar, em seus diversos níveis, organizações e atividades, são elaborados os diversos intelectuais. “A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis” (GRAMSCI, 2010, p.19). E neste contexto, foram multiplicadas e aperfeiçoadas as especializações.

Como numa fábrica onde se constroem máquinas para fabricar máquinas; numa escola e nas instituições de alta cultura ocorre um processo similar, pois aí são construídos os intelectuais por outros intelectuais.

Além disso, a “produção” das especializações intelectuais era influenciada pelo território “econômico”, ou seja, conforme a pequena e a média burguesia fundiária e alguns estratos da pequena e média burguesia urbana; as aspirações dos intelectuais e a distribuição dos tipos de escolas (clássicas e profissionais).

Assim, na Itália, a burguesia rural produz sobretudo funcionários estatais e profissionais liberais, enquanto a burguesia urbana produz técnicos para a indústria: por isso, a Itália setentrional produz sobretudo técnicos e a Itália meridional sobretudo funcionários e profissionais (GRAMSCI, 2010, p.20).

No entanto, a relação entre os intelectuais e o mundo da produção não ocorre de forma imediata, mas sim “mediatizada” pelo conjunto da superestrutura (“sociedade civil” e “sociedade política”), donde os intelectuais são os seus funcionários. Ou seja, a “sociedade civil” (os locais de consenso) e a “sociedade política” (o Estado) são os espaços sociais onde os intelectuais atuam. Nestes é possível “à função da ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade [...] e o ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo jurídico” (GRAMSCI, 2010, p.21).

Isso implica em dizer que, os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para a realização do consenso ativo ou passivo (hegemonia social) e da gerência do aparelho de coerção estatal (governo político) quando este

“consentimento” é ameaçado.

Tratando sobre a diferença entre os intelectuais urbanos e rurais, Gramsci expõe que os primeiros estão relacionados com a indústria e suas vicissitudes, enquanto os segundo com a massa social do campo e com a pequena burguesia local de pequenos centros menores.

Porém, enquanto aqueles não tem autonomia na elaboração dos planos de construção, apenas elaboram a sua execução imediata (articulando a massa instrumental com o empresário); os segundos medeiam à massa camponesa com a administração estatal ou local (professor, padre, etc.) através de sua ação mediadora profissional que também é uma ação mediadora de caráter político.

Assim, aqueles não exercem função política sobre as suas massas instrumentais. Por exemplo, com os técnicos de fábrica “[...] ocorre precisamente o contrário [...] [é mais provável que] as massas instrumentais, pelo menos através de seus próprios intelectuais orgânicos, exerçam uma influência política sobre os técnicos” (GRAMSCI, 2010, p.23). Já no segundo caso todo o desenvolvimento da massa camponesa está ligado à dinâmica dos intelectuais rurais, pois como explica o autor (2010, p.23) “Não se compreende nada da vida coletiva dos camponeses, nem dos germes e fermentos de desenvolvimento nela existentes, se não se leva em consideração, se não estuda concretamente e se não se aprofunda esta subordinação efetiva aos intelectuais [rurais]”.

Um exemplo desta “dependência” do camponês diante do intelectual se dá até em relação ao fato de que “ele [o camponês] admira a posição social do intelectual e, em geral, do funcionário público, [e almeja que seus filhos tornem-se intelectuais] mas finge às vezes desprezá-la, isto é, sua admiração mistura-se instintivamente com elementos de inveja e de raiva apaixonada” (GRAMSCI, 2010, p.23).

Mas, posto tudo isso sobre os intelectuais qual seria de fato a diferença entre os orgânicos e os tradicionais? Para Gramsci essa questão além de promover vários desdobramentos problemáticos, carece de pesquisas históricas.

Por exemplo, a questão dos partidos políticos modernos. Gramsci parte de duas premissas: para alguns grupos sociais o partido elabora seus próprios intelectuais orgânicos; e, em todos os grupos ele é o mecanismo na sociedade civil que realiza o mesmo que o Estado, ou seja, desenvolve seus próprios componentes, transformando-os “em intelectuais políticos qualificados, dirigentes e organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política” (GRAMSCI, 2010, p.24). Neste contexto, parafraseando Gramsci (2010, p.25), compreende-se que todos os membros de um partido são considerados intelectuais, pois sua função aí é diretiva e organizativa, é educativa, é intelectual.

Outro ponto está na discussão da problemática histórica dos intelectuais tradicionais. Gramsci explica que estes estão ligados ao regime escravocrata clássico e com as posições dos gregos e orientais libertos na construção social do Império Romano. Com a queda do Império, estes intelectuais libertos se articularam com o nascimento e o desenvolvimento do catolicismo e com a organização eclesiástica.

Parece-nos que os intelectuais tradicionais estavam sempre ao lado dos grupos sociais dominantes; seja com os senhores de escravos, seja com os senhores feudais (onde a Igreja não deixa de ser o maior senhor feudal), auxiliando a manutenção e desenvolvimento destas sociedades.

Em passagens seguintes, Gramsci (2010, p.26-32) tece sobre a formação das categorias dos intelectuais e de suas relações com as forças nacionais em diversos países (Itália, França, Rússia, EUA, Inglaterra, Alemanha, China, Japão, México, Brasil entre outros). Observando de antemão que suas conclusões a respeito dessas relações são apenas indicações, por isso, deverão ser verificadas e aprofundadas.

Expondo as manifestações específicas dessas relações nos diversos países analisados, o autor explica, por exemplo, que nem todos os países tiveram uma ampla categoria de “intelectuais tradicionais”, como foram os casos dos EUA e os países da América do Sul e América Central. Já, na Inglaterra, Gramsci expõe que é ampla a categoria dos intelectuais orgânicos. E que nos EUA surge uma grande massa de intelectuais negros, que por sua vez, absorveram a cultura e as técnicas americanas, etc.

A escola unitária no caderno especial 12

Gramsci explica ainda que com a complexificação das atividades práticas na civilização moderna, obviamente atrelada ao desenvolvimento das ciências, foi criado todo um sistema de escolas particulares e especializadas em formar os dirigentes, os intelectuais especialistas e as classes instrumentais.

Esse “complexo escolar” vai deixando de lado, paulatinamente, a orientação humanista da escola clássica, fundada na tradição greco-romana embasada no desenvolvimento da cultura geral no indivíduo para que este pudesse pensar e orientar-se na vida. Em seu lugar vai se fixando um processo de diferenciação e particularização, típicos do desenvolvimento da base industrial, na cidade e no campo.

A tendência (2010, p.33) era abolir qualquer tipo de escola “desinteressada” (não imediatamente interessada) e “formativa”, e no máximo destinar algumas poucas escolas clássicas a uma elite de senhores e senhoras ociosos. Esse processo auxiliava a difundir as escolas profissionais e a relegar a maioria da população a uma predestinação, seja do destino como aluno, seja da sua atividade profissional futura.

Essa conjuntura de diferenciação e de particularização no tipo de formação dos intelectuais desembocava numa crise escolar, pois não havia princípios claros e precisos, nem um plano bem estruturado e conscientemente estabelecido, ocasionando uma crise no programa e na organização escolar.

Como solução a este contexto caótico Gramsci (2010, p.33-34) propõe uma

[...] escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo.

Esta escola segue uma orientação “humanista” e formativa, porém é conjugada a dimensão do trabalho produtivo. Nela se objetiva a maturidade das capacidades intelectuais, práticas e de iniciativa dos alunos antes de inseri-los “na atividade social”.

Gramsci explica ainda que a organização prática desta escola deve ser norteadada por um currículo escolar onde: a idade, o desenvolvimento intelectual-moral dos alunos, a estrutura predial, o material científico, o corpo docente, os fins que a atividade escolar pretende devem ser observados. Além disso, o Estado deve arcar com as despesas derivadas da ampliação da estrutura prática para a formação dos intelectuais, “extraíndo” da família este ônus e assim ampliando o acesso à escola unitária para todas as gerações, sem fazer divisões de grupos sociais.

Além disso, as escolas unitárias deveriam ser em tempo integral, ou seja, de vida diurna e noturna, o que exigiriam dormitórios, refeitórios, bibliotecas especializadas etc. Consistiriam, basicamente, nos períodos das escolas primárias e médias que temos hoje.

O nível elementar da escola única não deveria ultrapassar três-quatro anos de duração e nele seriam abordados os elementos fundamentais, as primeiras “noções instrumentais” (ler, escrever, fazer contas etc.). Ademais, nesta fase escolar unitária os direitos e os deveres (primeiras noções sobre o Estado e a sociedade) deveriam ser desenvolvidos paralelamente.

Observa-se que nesta fase busca-se “coletivizar” o tipo social, apresentando noções preliminares da sociedade e de sua organização, além dos “instrumentos de como interpretar” essa realidade social (através da leitura, da escrita, etc.).

O restante do curso, a última fase da escola única, teria a duração de até seis anos, e como expõe Gramsci (2010, p.39, grifo nosso),

[...] deve ser concebida e organizada como a *fase decisiva*, na qual se tende a criar os valores fundamentais do “humanismo”, a autodisciplina intelectual e a autonomia moral necessária a uma posterior especialização, seja ela de caráter científico (estudos universitários), seja ela de caráter imediatamente prático-produtivo (indústria, burocracia, comércio, etc.).

Nesta fase escolar o aluno deve começar o estudo dos métodos científicos e criativos não deixando de inclui-los na vida prática, contribuindo assim para o desenvolvimento de aptidões como a responsabilidade e a autonomia criativa. Contudo, “a atividade fundamental [neste estágio escolar, segundo Gramsci] se desenvolverá nos seminários, nas bibliotecas, nos laboratórios experimentais; é nela que serão recolhidas as indicações orgânicas para a orientação profissional” (GRAMSCI, 2010, p.40).

Os estudos deveriam ser feitos coletivamente e o professor seria apenas um auxiliador dos alunos, pois para o autor (2010, p.40, grifo nosso) “a aprendizagem ocorre sobretudo graças ao esforço espontâneo e autônomo do discente, e no qual o *professor exerce uma função de guia amigável*”. Os melhores alunos também poderiam auxiliar os demais discentes.

Ademais, esta estrutura organizacional da escola única (fase elementar-disciplinar e fase decisivo-criadora) deverá ter por suposto uma rede de creches e outras instituições onde as crianças adquiram aptidões pré-escolares e se habituem à disciplina coletiva antes de ingressarem na escola unitária.

Assim, pela lógica matemática, e nas condições normais, a criança poderia estar na creche até os cinco anos e onze meses, aos seis já poderia ingressar no nível elementar da escola unitária e aos nove, na segunda fase escolar única, concluindo aos quinze anos de idade todos os graus da escola unitária.

A escola unitária é *criadora* na medida em que auxilia o discente a descobrir novas verdades mediante o seu

desenvolvimento intelectual e sua autonomia criativa; e é *ativa*, pois não se restringe ao mecanicismo da escola jesuítica, tradicional, mas anseia entrar na fase clássica e racional para a elaboração dos métodos e formas.

Dizer que a escola unitária é criadora não significa que seja uma escola de “inventores e descobridores”, que partem de programas e sistemas predeterminados para conseguir a todo o custo dados resultados; mas sim que “tende-se a expandir a personalidade, tornada autônoma e responsável, [...] com consciência moral e social sólida e homogênea” do indivíduo (GRAMSCI, 2010, p.39). É um método, e uma fase de investigação e de descobrimento pelo aluno de verdades novas.

O princípio unitário desenvolvido na escola unitária deverá se expandir e atingir todas as demais organizações culturais - academias, universidades, institutos de culturas, círculos filológicos, etc. - buscando aproximar trabalho intelectual e trabalho industrial, e as relações entre alta cultura e vida, ou seja, os intelectuais e o povo.

Obviamente, este princípio exigirá a reorganização das organizações culturais de alto a baixo, na direção de estreitar as relações entre elas e centralizar a cultura nacional.

O princípio educativo no caderno especial 12

O princípio educativo ***nas escolas primárias italianas***, antes da reforma de Gentile, para Gramsci consistia no **conceito de trabalho**, pois ele possibilitava compreender, através das primeiras noções das ciências naturais e das noções dos direitos e deveres dos cidadãos, respectivamente, as leis da natureza e as leis civil e estatal, assim como, que aquelas são objetivas e rebeldes e estas produtos exclusivos dos homens.

Com seu ensino, a escola luta contra o folclore, contra todas as sedimentações tradicionais de concepções do mundo, a fim de difundir uma concepção mais moderna, cujos elementos primitivos e fundamentais são dados pela aprendizagem da existência de *leis naturais como algo objetivo e rebelde*, às quais é preciso adaptar-se para dominá-la, e de *leis civis e estatais, produto de uma atividade humana*, que são estabelecidas pelo homem e podem se por ele modificadas tendo em vista seu desenvolvimento coletivo; a lei civil e estatal organiza os homens do modo historicamente mais adequado a dominar as leis da natureza, isto é, a tornar mais fácil o seu trabalho, que é a forma própria através da qual o homem participa ativamente na vida da natureza, visando a transformá-la e socializa-la cada vez mais profunda e extensamente. Pode-se dizer, por isso, que o princípio educativo no qual se baseavam as escolas primárias era o **conceito de trabalho** (GRAMSCI, 2010, p. 42-43, grifos nossos).

Em outras palavras, desmistificando as explicações mágicas do mundo e da natureza (aspectos do folclore) e lutando contra as tendências de barbárie individualistas e localistas (também aspectos do folclore), estes dois elementos se prestavam a formação da criança italiana. Onde a escola travava uma luta contra o folclore e as concepções tradicionais de explicação do homem e do mundo no momento em que ensinava as leis objetivas da natureza e explicava que as leis civis e estatais são constructos humanos, e podem, assim, ser modificados coletivamente.

O conceito de trabalho era o princípio educativo imanente e norteador das escolas primárias italianas, pois agia como a atividade teórica e prática própria destas escolas. Quer dizer, Gramsci explica que para haver o maior desenvolvimento das forças produtivas é necessário dominar, conhecer as leis rebeldes e objetivas da natureza, assim como adequar a vida dos indivíduos (preferencialmente por convicção espontânea) às leis civis e estatais, as quais possam auxiliar a dominação da natureza pelos homens. E essas ações eram desenvolvidas, precocemente, nas escolas primárias italianas.

Partindo para outro ponto, Gramsci explica que a instrução – aprendizado de noções concretas - é também educação, pois aprendemos em diversos lugares. Além do que o discente não é uma mera passividade, ele traz consigo um complexo, *uma bagagem*, de experiências e de aprendizados, os quais se dão fora das escolas, o que implica que a escola não é o lugar único da educação.

O ‘certo’ se torna ‘verdadeiro’ na consciência da criança. Mas a consciência da criança não é algo ‘individual’ (e muito menos individualizado): é o reflexo da fração de sociedade civil da qual a criança participa, das relações sociais tais como se aninham na família, na vizinhança, na aldeia, etc. (GRAMSCI, 2010, p. 44).

O problema é que não existe uma unidade entre instrução e educação, pois não existe unidade entre escola e vida. Ora! O que se torna ‘certo’ e ‘verdadeiro’ para a consciência individual de uma criança está atrelado a uma cultura fossilizada e anacrônica – os programas escolares - que entra em contrates com a cultura decorrente das relações sociais civis e antagônicas da criança. Assim, “[...] O aluno negligencia as noções concretas e ‘enche a cabeça’ com

fórmulas e palavras [na escola] que não tem para ele, na maioria dos casos, nenhum sentido, e que são logo esquecidas” (GRAMSCI, 2010, p. 44). Neste caso, o “certo” não tem corporidade material e o “verdadeiro” é apenas verbal.

Neste contexto, defende o autor, só o professor poderá representar o nexo entre instrução e educação, na medida em que através de seu *trabalho vivo* ele tem consciência de sua tarefa - disciplinar a formação das crianças-, e a consciência de ambas às culturas e tipos de sociedades em contrastes: a que o próprio professor representa e a da criança.

A “tendência desinteressada” do ensino na escola tradicional, no sentido de que este não se prestava a finalidade prático-profissional imediata, é progressivamente substituída por um ensino puramente “interessado”, onde sua finalidade é formar as forças dirigentes e instrumentais para operar nas novas exigências produtivas e organizativas. E ao mesmo tempo em que faz isso, com a massificação das várias escolas de tipo profissional, cria-se um estrato de intelectuais que mantêm a hierarquização e a perpetuação das diferenças sociais.

Para destruir essa estratificação profissional, “nestes moldes”, é necessário, parafraseando Gramsci, criar a escola única, formativa que objetive nas suas fases primárias e médias o amadurecimento do indivíduo no que se refere ao seu pensamento, estudo, e decisões antes da sua escolha profissional.

Gramsci alerta ainda, que o estudo é um “trabalho” que pressupõe: aborrecimentos, esforços, sofrimentos, privações e limitações de movimentos físicos, os quais orientam a uma adaptação de hábitos, a uma disciplina psicofísica. Não só intelectual, mas também muscular-nervoso, o estudo é uma atividade que carece mudanças no próprio cotidiano do indivíduo. Por exemplo: “Um estudioso de quarenta anos seria capaz de passar dezesseis horas seguidas numa mesa de trabalho se, desde menino, não tivesse assimilado, por meio da coação mecânica, os hábitos psicofísicos apropriados?” (GRAMSCI, 2010, p.46).

Nestes parâmetros, o autor explica que para criar uma nova camada de intelectuais, chegando as mais elevadas especializações, será preciso superar enormes dificuldades, pois, por exemplo, a tendência da criança de uma família tradicional de intelectuais a exercer uma disciplina psicofísica para o estudo escolar é mais rápida que a de uma criança, filha de um operário urbano, ou de um rural. Pois, os hábitos familiares, assim como o regime alimentar são influenciadores.

Outro problema para a formação dos intelectuais está em elaborar de forma crítica a atividade intelectual, o esforço muscular-cerebral, em atividade prática geral e inovadora, que seja capaz de fundamentar uma nova e integral concepção de mundo.

É necessário que este novo intelectual se constitua, nas palavras do autor, nas bases modernas, com a educação técnica, voltada ao trabalho industrial, numa inserção ativa na vida, onde técnica-trabalho dá a base para a técnica-ciência e para a concepção humanista histórica que possibilita com que o “especialista” tornar-se “dirigente” (especialista + político).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É impossível não se impressionar com o que Gramsci escreveu no cárcere. Suas notas revelam um esforço intelectual e físico de um homem impaciente e crítico com o seu tempo, mas também, disposto a contribuir para transformá-lo de forma revolucionária. Suas atividades apresentam o nexo unidade-distinção entre teoria e prática, típico dos teóricos clássicos do marxismo. Ao mesmo tempo em que denuncia a realidade italiana partindo do real, do concreto histórico, propõe alternativas para além dela.

Neste patamar, os intelectuais, a escola unitária e o princípio educativo no caderno especial 12, a nosso ver, devem ser, em primeiro lugar, analisados como interpretações de Gramsci da realidade italiana, porém se universalizam quando o autor propõe novas possibilidades. Assim, estas categorias se não tomadas num contexto histórico dialético se tornam objeto de interpretações mecânicas e oportunistas.

Contudo, pensamos que: **desvelar** os principais intelectuais, orgânicos e tradicionais, como construtos da humanidade relacionados direta e ou indireta, ativa e ou passivamente com a reprodução da sociedade de classes; **apresentar** a escola unitária como possibilidade de desenvolvimento das capacidades dos homens em aprender e decidir sobre si próprios, de descobrir “novas verdades”, como um intelectual que aprende e ensina; e **relembrar** o princípio educativo embasado em apreensões preliminares da realidade objetiva do mundo dos homens; são contribuições para atermos nas estratégias revolucionárias, podendo tomá-las como referências para o fortalecimento do socialismo já posto, mas, jamais poderemos trocar as lições de Marx sobre a revolução proletária por tais contribuições gramscianas, (nem as mais interessantes como a de Estado “integral”), pois isto consistiria num erro caro para o horizonte da real emancipação humana.

E atrevemo-nos a dizer que: o próprio Gramsci concordaria com isto!

REFERÊNCIAS

BOBBIO, N. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

COUTINHO, C. N. Introdução/ agradecimento/ cronologia da vida de Antônio Gramsci In: GRAMSCI, A, **Cadernos do Cárcere**: (v. 1). 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.07-74.

GRAMSCI, A. Cadernos 12 (1932): apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: **Cadernos do Cárcere**: (v. 2.). 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.07-53.

LIGUORI, G. **Roteiros para Gramsci**. Tradução Luiz Sergio Henrique. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

[1] Ligouri expõe que esta expressão foi cunhada por Christine Buci-Glucksmann a partir de 1975. Todavia, Gramsci, em seus *Cadernos*, escreve Estado “integral” e não Estado “ampliado”.

[2] Coutinho (2010, p.7-46) com muita competência tece sobre isso.

[3] A obra **Cadernos do Cárcere** é dividida em “cadernos especiais” e “cadernos miscelâneos”. Nos primeiros, temos notas sobre temas específicos trabalhados por Gramsci; nos segundos, apontamentos sobre diferentes assuntos. Além disso, e como relembra Coutinho, esta edição dos Cadernos que estamos utilizando segue às regras da edição crítica editada e formulada por Valentino Gerratana (*Quaderni del carcere, Turim, Einaudi, 1975, 4 vols.*), onde temos uma divisão das notas do escrito carcerário em três tipo de textos: A, B e C. Enquanto os textos de tipo B são de redação única; os de tipo C são aqueles em que Gramsci cancelou e depois retomou com algumas alterações as notas. Já os de tipo A são aqueles em que o autor sardo não retomou a sua redação, apenas cancelou. Para o objetivo deste artigo compreendamos de antemão de que o caderno especial 12 é um texto de tipo C. Contudo, não estamos desatentos de que nem todas as notas sobre os intelectuais estão neste caderno especial, pois “Gramsci deixa como texto B, ou seja, de redação única, um enorme número de notas sobre os intelectuais, sem retomá-las nesse caderno 12” (COUTINHO, 2010, p.16), assim há notas acerca dos intelectuais em outros cadernos. No entanto, para o nosso objetivo, como exposto no título do artigo, nos interessa as informações apenas do caderno especial 12. Deixando para próximas pesquisas os demais textos que fazem referências aos intelectuais.

[4] Ver Bobbio (1982) e discursões sobre esta interpretação ver Ligouri (2007, p. 39-57).

[5] Grosso modo, a leitura imanente consiste numa técnica de leitura que auxilia “pôr em controle a nossa subjetividade” quando lermos um clássico. Ela possibilita extrair do texto o que ele contém, sem que projetemos a nossa concepção de mundo, nossas subjetividades sobre o que o clássico realmente expõe.

[6] Todavia, como explica Gramsci (2010, p.21-22): com as novas exigências da produção econômica e assim com a gradação das especializações a própria função organizativa da hegemonia social e a do domínio estatal sofreram uma divisão maior do trabalho. Neste ambiente, perdeu-se de vista aquelas funções essenciais e ocasionou um estágio de crescente desemprego, de superprodução de intelectuais, e de concorrência etc.

[7] Mas o autor faz uma ressalva: nos partidos políticos modernos esta ação é mais ampla e orgânica do que a realizada pelo Estado, visto que, quando um intelectual faz parte de um partido político ele se confunde a um intelectual orgânico do próprio partido; já na participação estatal isso quase nunca acontece, apesar de muitos desses intelectuais acreditarem ser o Estado.

[8] Gramsci adverte (2010, p.32) que por haver muitos aspectos diversos em relação à formação dos intelectuais nas diferentes nações é necessário desenvolver um projeto orgânico, sistemático e argumentado com o intuito de registrar essas peculiaridades, assim como suas instituições intelectuais e culturais – escola, academia, círculos de diferentes tipos, revistas, jornais, etc. para melhor compreender o desenvolvimento dos intelectuais nestes países.

[9] Como Gramsci adverte (2010, p. 36) a fixação de idade escolar obrigatória depende das condições econômicas gerais.

[10] Giovanni Gentile foi um filósofo italiano que ocupou o cargo de ministro da Instrução Pública no regime fascista, entre 1922-1924. Empreendendo em 1923 uma grande reforma do sistema educacional italiano.

[11] O combate da nova pedagogia à tendência tradicional, formativa, clássica da educação volumou a crise da escola, da cisão entre escola e vida, pois compreendia o aluno como um ser de conhecimentos inatos, esperando pelo seu

afloramento, desprezando a disciplina de hábitos e comportamentos para o estudo e o aprendizado. Ver, por exemplo, Gramsci (2010 p.50-51) sobre o novo currículo pedagógico da disciplina filosofia.

Graduando em Pedagogia-Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, integrante do grupo PIBIC: Teoria marxista do Estado: gênese ontológica, extinção e ontonegatividade da política. E-mail: andre-ses2@hotmail.com

Recebido em: 11/07/2015

Aprovado em: 11/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: